



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 17 Nº 12
Dezembro de 2008

Das marolas ao tsunami

O exuberante crescimento dos mercados financeiros, espraçado mundo afora desde o começo dos anos 90, terminou exatamente como esperado, num *crash* de desvalorizações. Iniciada no pólo mais avançado desse processo, o mercado de títulos imobiliários dos EUA, a desinflação de ativos financeiros muito rapidamente veio contaminando todos os demais mercados de crédito, numa onda ainda não terminada. Seus efeitos sobre o setor produtivo já se fazem sentir e, dependendo da capacidade de os governos envolvidos coordenarem respostas eficazes e a tempo, podem adquirir as sinistras proporções da Grande Depressão de 1929. O que chegou a ser designado como uma marola adquiriu a terrível forma de um *tsunami*, cujas conseqüências devastadoras recém começam a ser percebidas.

Tudo teve início no começo dos anos 80, quando os Governos britânico e norte-americano adotaram políticas de desregulação e liberalização das suas praças financeiras. Além das convicções ideológicas, logo apelidadas de neoliberais, e dos interesses econômicos que visavam beneficiar, essas iniciativas receberam elogios de boa parte dos economistas de suas mais respeitadas instituições universitárias. A expectativa era de que a “desrepressão” financeira, com a retirada dos controles estabelecidos pelo acordo de Bretton Woods, inauguraria uma fase longa de prosperidade, garantida pelo livre funcionamento dos mercados financeiros “eficientes”. Nessa mesma época, tanto o keynesiano Minsky como os regulacionistas Aglietta e Orléan criticavam a teoria econômica convencional exatamente no seu pressuposto de uma tendência ao equilíbrio do mercado financeiro. Sua audiência foi exígua até há uns meses atrás.

O centro de sua crítica apontava para o equívoco da visão que então predominava. Os resultados mais certos do funcionamento do mercado financeiro são justamente as bolhas de inflação de preços e suas decorrentes crises de desvalorização abrupta. Se, nos mercados de, por exemplo, automóveis, os excessos de produção são recorrentes e visíveis na forma de pátios lotados de carros zero-quilômetro, também podem, na maior parte das vezes, ser corrigidos pelas próprias empresas, com uma reprogramação de suas metas de produção. No mercado financeiro, entretanto, não é possível nenhum tipo de planejamento. Todas as decisões relevantes são tomadas no curto prazo, levando-se em consideração unicamente o que os outros estão fazendo. Só esse padrão de comportamento imitativo pode julgar razoável que um banco de investimento multiplique 30 vezes seus depósitos iniciais para financiar a compra de títulos que todos estão comprando sob a convicção absurda de que o movimento de valorização não só nunca vai parar como renderá ganhos sempre crescentes.

Nesse processo, a pirâmide de papéis de capital fictício cresce a um ritmo vertiginosamente superior ao do capital real,

os ativos produtivos. Sua natureza, entretanto, permanece. Esses títulos representam unicamente um direito sobre a renda gerada pelo trabalho comandado pelo capital produtivo. A trajetória de valorização é sempre interrompida quando algum episódio, muitas vezes dos mais corriqueiros, demonstra o tamanho da distância entre os direitos assim multiplicados e a possibilidade de a economia real realizá-los.

Foi justamente essa aposta no irrealizável que causou a presente crise. Desde meados dos anos 90, na medida em que esses movimentos altistas de preços de papéis portadores de alguma forma de renda financeira atingiram proporções muito elevadas, bolhas de inflação de ativos e colapsos de deflação vêm ocorrendo. As sucessivas crises em mercados periféricos da América Latina, da Ásia e da Europa Oriental foram minimizadas pelos economistas defensores da tese dos mercados eficientes e creditadas a equívocos da política econômica ou à falta de “bons fundamentos” nesses países. A receita terapêutica foi sempre a mesma: faltava dar mais liberdade aos agentes financeiros, já que acreditavam ser a causa desses colapsos não a especulação, mas, sim, a persistência de práticas e regras que a pudessem coibir.

Em 2001, pela primeira vez, um cataclismo instalou-se no centro do sistema, o estouro da bolha da “nova economia” em Nova Iorque. À época, algumas vozes bem situadas em Wall Street e na academia falavam de uma certa “exuberância irracional” nesses mercados. Como a valorização fictícia foi retomada, o assunto foi logo esquecido. Isso até meados do ano passado, quando o ciclo de mais de uma década de inflação de preços de imóveis e de endividamento das famílias norte-americanas se encerrou. O ano e pouco que se sucedeu foi o tempo necessário para os contratos de dívidas que alavancavam as ousadas operações especulativas começarem a vencer sem poderem ser honrados. Sucederam-se as falências, por enquanto poucas, e as operações salvadoras dos Estados, muitas e bilionárias, intervindo, nacionalizando e recomprando créditos “envenenados”.

Os últimos 30 anos viram desenvolver-se e dominar-se a economia mundial um regime de acumulação dominado pelas finanças. Como em outros momentos similares na história, foi a fase precursora de uma grande crise. Não apenas porque o mundo do trabalho encontrou uma crescente dificuldade em suportar o peso do rentismo improdutivo, mas também porque a lógica desse regime de valorização interminável é contraditória com os limites da vida material. Aristóteles já dizia que o infinito não pertence ao mundo natural, lição que banqueiros e especuladores estão a aprender, sufocados por seus prejuízos bilionários.

Luiz Augusto E. Faria (FEE/Revistas)

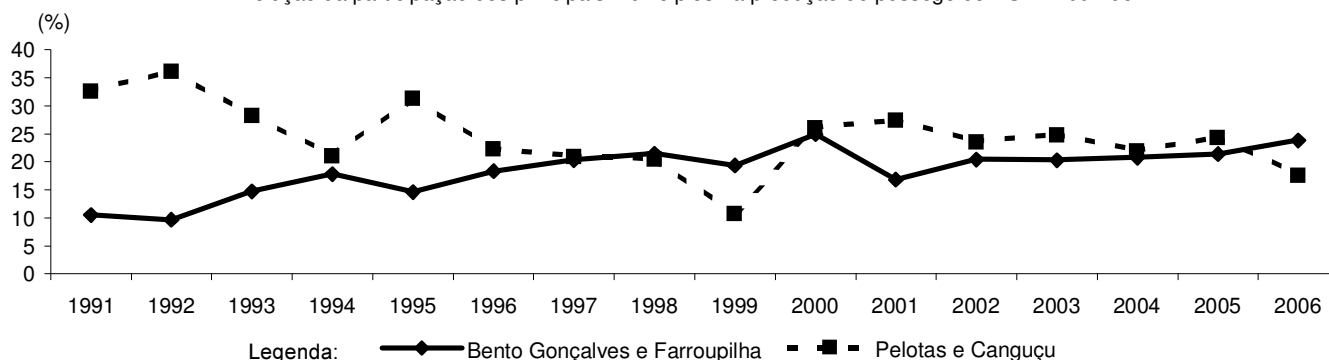
Perda de participação da Região Sul do Estado na produção de pêssego

A região Sul do Estado vem, há muitas décadas, perdendo participação econômica no total do RS com relação às demais regiões. Ainda que essa tendência se tenha manifestado mais fortemente após a abertura do mercado doméstico, refletiu também a dificuldade das lideranças empresariais locais em fazer frente aos parâmetros internacionais de competitividade. Esse fato está bem ilustrado pela significativa perda de participação da produção de pêssego dos Municípios de Pelotas e Canguçu, em contraponto à ampliação significativa de outros municípios, em particular os Serra gaúcha. Dentre esses, destacam-se Bento Gonçalves e Farroupilha — cujo tecido econômico é mais diversificado —, que elevaram sua representati-

vidade conjunta na produção de pêssego de 10,5% em 1991 para 23,9% em 2006, além de desenvolverem e introduzirem novos produtos agroindustriais dentro da linha de doces e conservas.

A região de Pelotas, grande produtora de pêssego e processadora de conservas, sofreu igualmente a concorrência dos países do Cone Sul — Uruguai, Argentina e Chile — que melhor se adequaram às novas exigências do mercado mundial. Visando melhorar a competitividade, são importantes o fortalecimento e o aperfeiçoamento da produção do setor no Estado, tanto da fruta *in natura* quanto das conservas.

Evolução da participação dos principais municípios na produção de pêssego do RS — 1991-06



Legenda: —◆— Bento Gonçalves e Farroupilha —■— Pelotas e Canguçu

LEGENDA: —◆— Bento Gonçalves e Farroupilha —■— Pelotas e Canguçu

LEGENDA: —◆— Bento Gonçalves e Farroupilha —■— Pelotas e Canguçu

LEGENDA: —◆— Bento Gonçalves e Farroupilha —■— Pelotas e Canguçu

LEGENDA: —◆— Bento Gonçalves e Farroupilha —■— Pelotas e Canguçu

LEGENDA: —◆— Bento Gonçalves e Farroupilha —■— Pelotas e Canguçu

Miriam Jardim Khun (FEE/CEES)

Expectativa de vida e mortalidade por causas, no RS, em 2005

As quatro principais causas de morte no Rio Grande do Sul são responsáveis por 72,5% dos óbitos. Doenças do aparelho circulatório ocupam a primeira posição como causa de morte, vitimando 30,2% dos gaúchos em 2005. Neoplasias estão em segundo lugar (20,8%), Doenças do aparelho respiratório, em terceiro (11,9%), e causas externas, em quarto, sendo essas responsáveis por 9,6% dos óbitos. Essas causas têm impacto diferente na expectativa de vida, pois, enquanto as três principais ocorrem entre a população mais idosa, a mortalidade por causas externas predomina entre os jovens, sobretudo entre os do sexo masculino. Com expectativa de vida ao nascer de 70,5 anos para homens e de 78,6 para mulheres, constata-se que, se todas as mortes por causas externas pu-

dessem ser eliminadas, os homens gaúchos teriam um ganho potencial de 2,5 anos nesse indicador, enquanto as mulheres aumentariam 0,5. A eliminação das doenças do aparelho circulatório acrescentaria 2,3 anos para os homens e 2,0 anos para as mulheres, situação semelhante à das neoplasias. Doenças do aparelho respiratório acrescentariam menos de um ano, se pudessem ser totalmente eliminadas como causa de morte. Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, em 2007, cada óbito por causa externa acarretou uma perda média de 35 anos de vida para homens e de 42 anos para mulheres, valores bem superiores aos das doenças do aparelho circulatório, que indicam perda média de 12 e 20 anos para homens e mulheres respectivamente.

Expectativa de vida ao nascer e ganho potencial na expectativa de vida ao se eliminarem as principais causas de morte, por sexo, no Rio Grande do Sul — 2005

SEXO	EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	ACRÉSCIMO POTENCIAL NA EXPECTATIVA DE VIDA, AO SE ELIMINAR A CAUSA DE MORTE			
		Doenças do Aparelho Circulatório	Neoplasias	Doenças do Aparelho Respiratório	Causas Externas
Ambos os sexos	74,5	2,2	2,2	0,8	1,6
Masculino	70,5	2,3	2,2	0,9	2,5
Feminino	78,6	2,0	2,0	0,7	0,5

LEGENDA: FEE/NPE.

Marilene Dias Bandeira (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-out./08

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Nov./06	-	-	9,5	3,0	13,25	73,3	0,4	112,8	9,4	104 882
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Jan./07	-	-	9,3	3,0	13,25	72,8	-4,1	107,3	-20,6	116 328
Fev./07	-	-	9,9	3,0	13,00	71,8	-0,6	105,7	-1,5	111 951
Mar./07	3,9	-	10,1	3,0	13,00	72,2	-1,0	102,4	-3,1	109 023
Abr./07	-	-	10,1	3,0	12,75	72,9	-0,7	102,7	0,4	110 694
Mai/07	-	-	10,1	3,2	12,50	71,8	-3,0	103,8	1,1	111 301
Jun./07	4,8	-	9,7	3,7	12,50	70,0	-10,7	103,3	-0,5	113 195
Jul./07	-	-	9,5	3,7	12,00	69,0	-11,9	105,1	1,7	116 458
Ago./07	-	-	9,5	4,2	11,50	70,8	-6,1	103,5	-1,5	117 425
Set./07	5,1	-	9,0	4,2	11,50	68,1	-9,1	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,8	9,5	127 393
Dez./07	5,4	-	7,4	4,5	11,25	63,8	-13,6	140,1	21,0	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,9	-12,2	110,7	-21,0	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,7	-3,6	132 524
Mar./08	5,8	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,2	1,4	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,2	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,3	-14,6	108,8	2,4	132 658
Jun./08	6,0	-	7,8	6,1	12,25	59,6	-14,9	107,3	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	58,9	-14,6	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	107,4	-2,1	133 935
Set./08	-	-	7,5	6,3	13,75	63,8	-6,3	108,4	0,9	137 544
Out./08	-	-	-	6,4	13,75	-	-	-	-	139 816

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-out./08

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO					Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)				
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	-	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	-	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	-	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	-	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	(9)83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Nov./06	-3,96	44,4	122,25	3,0	-0,8	(9)84,7	16,8	24,7	1,30	1,68	-2,97	83 114	199 659
Dez./06	-3,88	44,7	109,65	2,8	-8,1	(9)84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Jan./07	-4,29	44,6	109,22	2,9	0,7	(9)82,4	15,8	24,9	1,25	1,81	-3,06	91 086	192 510
Fev./07	-4,35	44,7	104,07	2,8	-3,3	(9)83,9	16,0	24,9	1,20	1,83	-3,04	101 070	203 143
Mar./07	-4,05	44,8	121,21	2,6	13,1	(9)83,1	15,3	24,5	1,09	1,90	-2,99	109 531	215 543
Abr./07	-4,18	44,2	113,58	3,3	-6,7	(9)84,5	16,9	24,2	1,22	2,10	-3,32	121 830	217 256
Mai/07	-4,27	44,7	125,48	3,3	8,1	(9)84,4	19,2	25,9	1,15	1,97	-3,12	136 419	219 285
Jun./07	-4,27	44,1	121,61	3,9	-2,1	(9)84,7	19,3	26,5	1,12	2,72	-3,85	147 101	230 296
Jul./07	-4,33	44,0	125,50	4,2	2,1	(9)85,2	17,5	26,9	0,79	2,85	-3,63	155 910	235 030
Ago./07	-4,10	43,0	132,52	4,5	4,9	(9)85,7	16,6	27,6	0,71	2,86	-3,56	161 097	235 557
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,5	(9)86,1	16,0	27,9	0,56	2,76	-3,33	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	(9)87,0	15,9	28,3	0,42	2,67	-3,25	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	(9)87,2	16,6	29,3	0,20	2,80	-3,00	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	42,7	116,58	6,0	-8,3	(9)86,7	16,8	32,1	0,13	2,63	-2,76	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,4	3,1	(9)84,3	17,0	33,4	-0,15	2,76	-2,62	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	(9)84,7	17,8	36,5	-0,31	2,67	-2,36	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	(9)85,2	16,3	36,0	-0,64	2,66	-2,02	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	(9)85,1	15,3	37,9	-0,98	2,64	-1,66	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	(9)85,6	16,5	39,9	-1,01	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,29	40,5	129,51	6,7	0,8	(9)86,3	18,9	43,7	-1,22	2,08	-0,86	200 827	262 429
Jul./08	-4,39	40,7	136,50	6,9	4,1	(9)86,1	22,6	45,9	-1,30	2,02	-0,72	203 562	266 862
Ago./08	-4,42	40,5	135,09	6,4	-1,0	(9)86,6	24,5	48,1	-1,45	2,17	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,60	38,2	136,36	6,8	0,4	(9)86,3	27,0	50,6	-1,64	2,44	-0,80	206 494	275 182
Out./08	-4,53	36,6	-	-	-	-	26,3	50,2	-1,71	2,45	-0,75	197 229	278 919

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano. (9) Dado mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 17 nº 12

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./06-nov./08

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jun./06	-	101,24	93,43	96,14	422,0	353,5	113,7	1 026,3	176,60	883,36
Jul./06	-	103,15	97,55	96,35	427,9	246,5	110,0	914,3	176,73	898,39
Ago./06	-	106,16	97,47	96,50	359,4	279,8	103,2	885,9	177,47	901,91
Set./06	-	98,64	101,28	97,00	423,6	267,3	101,7	1 075,4	177,57	901,14
Out./06	-	105,37	101,61	97,46	529,3	254,9	101,0	1 037,0	178,23	901,96
Nov./06	-	103,27	101,87	97,86	427,5	369,0	96,7	1 035,9	179,21	901,57
Dez./06	2,7	93,64	99,93	98,01	431,3	281,8	82,4	934,6	180,07	899,82
Jan./07	-	94,41	105,89	105,89	475,9	305,7	175,3	1 118,2	181,43	903,05
Fev./07	-	94,37	105,52	105,71	352,1	297,7	106,2	883,7	181,42	906,26
Mar./07	-	114,29	107,16	106,25	408,3	224,3	96,3	824,7	184,09	906,95
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	184,79	908,85
Mai./07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	185,23	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	187,16	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	188,68	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	188,97	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	189,07	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	189,15	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	191,29	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	192,81	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	194,84	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	194,35	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	195,65	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	197,10	967,72
Mai./08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	200,19	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	202,95	981,24
Jul./08	-	119,42	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	204,67	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	205,36	1 038,38
Set./08	-	115,94	115,68	105,71	575,8	390,2	154,1	1 278,5	205,98	1 048,99
Out./08	-	-	-	-	547,6	416,4	128,0	1 285,5	206,36	1 055,21
Nov./08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 058,22

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./06-nov./08

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jun./06	-1 934	10,7	15,0	1 071	1 098	570 845	1 612 357	1 041 339
Jul./06	-4 042	10,7	14,9	1 081	1 092	545 934	1 570 358	1 374 201
Ago./06	1 848	10,5	14,6	1 066	1 099	560 316	1 600 276	1 220 625
Set./06	3 554	10,5	14,3	1 089	1 119	529 480	1 540 478	1 072 405
Out./06	12 333	10,5	14,2	1 105	1 129	524 503	1 542 950	1 006 905
Nov./06	17 322	10,0	13,7	1 120	1 130	526 847	1 615 766	1 003 173
Dez./06	-13 467	9,2	12,9	1 111	1 111	531 587	1 732 882	1 044 476
Jan./07	14 920	8,6	12,2	1 078	1 098	443 129	1 807 603	860 445
Fev./07	13 643	8,8	12,3	1 083	1 117	518 242	1 840 251	866 144
Mar./07	8 926	9,4	12,9	1 089	1 124	544 817	1 838 957	1 062 709
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 106	1 135	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 114	1 135	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 109	1 135	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 108	1 131	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 108	1 129	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 105	1 111	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 118	1 128	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 122	1 128	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 148	1 150	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 113	1 111	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 086	1 082	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 069	1 082	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 098	1 109	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 129	1 147	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 151	1 165	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 153	1 171	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 163	1 168	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 167	1 171	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	-	7,9	10,6	-	-	-	-	1 662 121
Nov./08	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

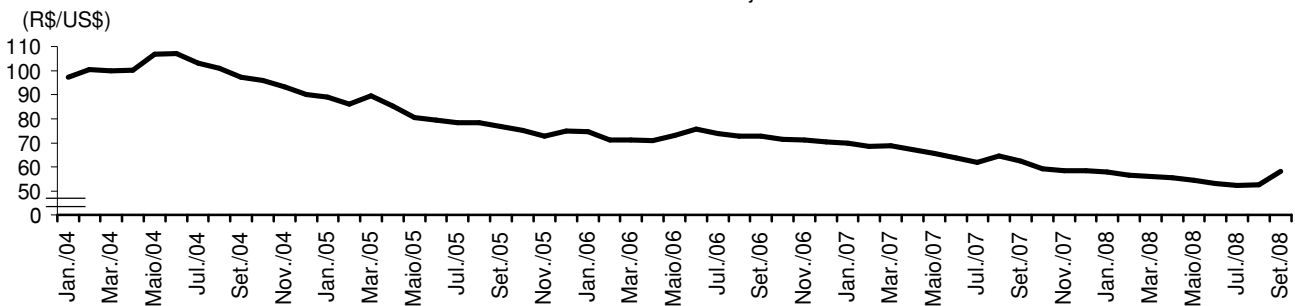
(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de set./08. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

A exigência provocada pela desvalorização cambial

Nos cinco anos transcorridos desde 2004, a economia brasileira experimentou seu melhor período dos últimos quase 30 anos, caracterizado pela aceleração do crescimento e pela boa evolução das mais importantes variáveis macroeconômicas. A pedra fundamental desse quadro foi o processo de ajuste externo da economia e, no núcleo desse ajuste, a espetacular melhora do desempenho da balança comercial. Cabe apontarem-se os seguintes aspectos vinculados ao ajuste externo: o forte crescimento das exportações, que permitiu o acelerado aumento das importações, sem maiores prejuízos para os saldos comerciais anuais até 2007; a eliminação da dívida externa líquida; e a conta financeira do balanço de pagamentos, que passou a registrar vultosas entradas de investimentos externos desde 2006. Essas circunstâncias sustentaram, de meados de 2004 a agosto de 2008, uma tendência de valorização cambial.

Observando os índices da taxa real anual de câmbio (gráfico), constata-se, em 2007, relativamente a 2004, valorização acumulada do real frente ao dólar de 29,1%; de agosto de 2007 a agosto de 2008, a valorização foi de 17,8%. A valorização cambial e o aumento das importações constituíram um importante fator de contenção das taxas de inflação, o que contribuiu, de forma crucial, para certo afrouxamento da política monetária e para a elevação das taxas de crescimento da economia. A crise internacional, ao desencadear grande desvalorização cambial, quebrou a solidariedade (ao menos de curto prazo) entre a evolução da taxa de câmbio e o crescimento da economia. Pelo mesmo motivo, olhando para além da duração do paroxismo da crise, coloca-se a necessidade de ampliação da responsabilidade da política fiscal para assegurar a possibilidade de taxas de juros mais baixas, visando favorecer o crescimento do produto nacional.

Índice da taxa de câmbio real no Brasil — jan./04-set./08



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.

NOTA: A taxa de câmbio foi calculada utilizando-se o IPC como deflator.

Roberto Silveira Marcantônio (FEE/CEES)

A região de influência de Porto Alegre

O estudo **Regiões de Influência das Cidades 2007** (IBGE), recém-lançado, determinou a hierarquia e as áreas de influência dos principais centros urbanos do País, formando, assim, a rede urbana do Brasil. Para tanto, a pesquisa utilizou informações quantitativas sobre gestão territorial (pública e privada): órgãos federais dos Poderes Executivo e Judiciário, sedes de empresas e equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, saúde, etc.).

Em termos nacionais, Porto Alegre está entre as 12 principais cidades do País, hierarquicamente abaixo das metrópoles nacionais de São Paulo (a mais notável), Rio de Janeiro e Brasília e no mesmo nível das metrópoles de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Goiânia. A área de influência de Porto Alegre compreende o RS e parte de SC, com vínculos diretos ou indiretos com as diversas cidades, concentrando 8,3% da população total do País e 9,7% do PIB nacional.

No âmbito da gestão federal, a capital gaúcha figura, logo abaixo de Brasília e Rio de Janeiro, no mesmo nível de São Paulo e Recife. Quanto à gestão empresarial, Porto Alegre também está em posição de destaque no mesmo plano de Brasília, Belo Horizonte e Curitiba, porém abaixo de São Paulo, líder absoluta nesse quesito, e Rio de Janeiro. Destacam-se, no terceiro nível, num grupo de 15 cidades do País, as gaúchas Caxias do Sul, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Convém ressaltar-se, por fim, que Porto Alegre detém papel relevante no cenário nacional como pólo de atração de investimentos e como centro decisório.

Região de influência de Porto Alegre — 2007



Iván G. Peyré Tartaruga (FEE/CEES)

Produção e vendas de veículos em queda

Os impactos da crise financeira internacional sobre o lado real da economia vão-se tornando visíveis e atingem, de forma variada, os diversos setores da economia mundial. Um caso dramático é o da indústria automobilística norte-americana, com risco de falência dos três maiores fabricantes. As dificuldades decorrem da atual crise financeira e do “enxugamento” da liquidez, mas também de problemas que restaram da crise industrial da década de 70, quando a perda de dinamismo do padrão tecnológico e a quadruplicação dos preços do petróleo revelaram uma indústria com baixos níveis de eficiência e não competitiva.

A reconversão das plantas, nos anos 80, mediante a automação e a incorporação de práticas enxutas de produção, possibilitou a recuperação da competitividade dos veículos norte-americanos. Contudo os fabricantes mantiveram a produção de veículos maiores e de preço elevado, apostando no crédito abundante e barato, que também alimentou o mercado de imóveis. A atual crise de liquidez, porém, colocou em xeque a estratégia das três grandes norte-americanas.

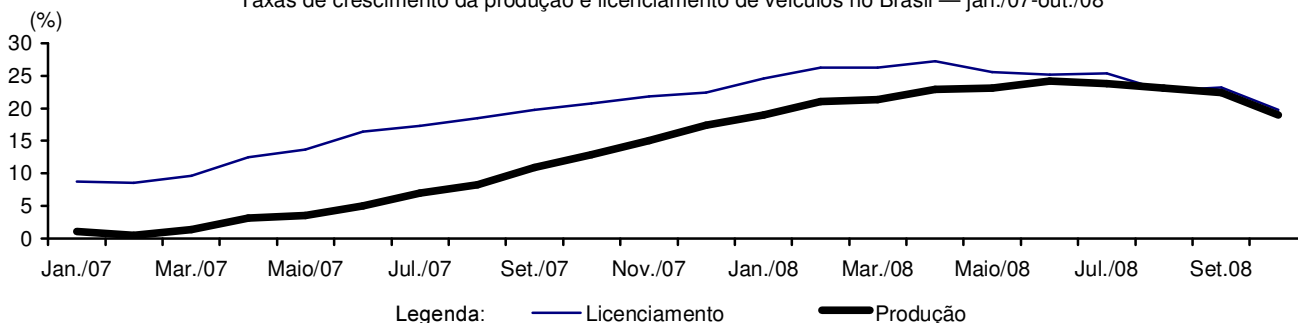
No Brasil, as subsidiárias das montadoras norte-americanas são mais eficientes, preponderantemente pelo fato de serem plantas relativamente novas, construídas e/ou modernizadas na década de 90. Estas já incorporaram as inovações tecnológicas, organizacionais e logísticas, o que garante redução de custos, produtividade elevada e desenvolvimento de veículos adequados aos mercados de países emergentes: veículos mais baratos e voltados para o consumo de massa. Essa conjugação de fatores vem sustentando, especialmente a partir de 2004, uma fase de expansão acelerada da produção

da indústria automotiva. Impulsionada pelo bom desempenho do mercado interno, a produção de automóveis e comerciais leves, caminhões e ônibus manteve-se, por um longo período, em patamares historicamente elevados. Contudo essa situação começa a mudar, na medida em que o aumento dos juros e o prazo menor de financiamento tornam os consumidores mais cautelosos (ou mais endividados), reduzindo a demanda interna e a produção.

Apesar das elevadas taxas de crescimento da produção (17,6%) e da comercialização (20,2%) de autoveículos, acumuladas no período jan.-out./08, em relação a igual período de 2007, uma análise da evolução das taxas mensais de crescimento da produção e das vendas mostra uma desaceleração no ritmo de crescimento da indústria, a qual deverá aprofundar-se nos próximos meses. Essa tendência é confirmada pela decisão de conceder férias coletivas aos empregados (GM de Gravataí por exemplo) e pelo aumento das demissões de empregados no segmento de autopeças. Na tentativa de amenizar os efeitos negativos sobre a cadeia produtiva, o Governo disponibilizou R\$ 8 milhões para os bancos das montadoras financiarem as vendas.

Em outubro, segundo a Anfavea, as vendas de veículos caíram 11,6% em relação ao mês anterior. A queda acentou-se na primeira quinzena de novembro: cálculos da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores apontam uma redução de 20,1% nas vendas de veículos automóveis e comerciais leves, em relação a outubro; retração de 9,6% nas vendas de caminhões e alta de 3% nas vendas de ônibus, no mesmo período de comparação.

Taxas de crescimento da produção e licenciamento de veículos no Brasil — jan./07-out./08



FONTE: Anfavea.

NOTA: Taxas acumuladas em 12 meses.

Maria Lucrécia Calandro (CEES/FEE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.11.08).

ISSN 1517-7264

A *Carta de Conjuntura* FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane de Barcellos Schmitt e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.